

DEMOCRACIA, COMUNICAÇÃO E CLASSE TRABALHADORA

Antonio Albino Canelas Rubim
Prof. do Dept^o de Comunicação
da Escola de Comunicação da
UFBA

RESUMO

O texto, apresentado na mesa redonda "Sociedade Civil e Democratização da Comunicação", analisa as relações entre democracia, comunicação e classe trabalhadora e aponta a democratização da comunicação como elemento significativo e mesmo indispensável ao processo de luta da classe trabalhadora por uma democratização plena - política, econômica e cultural - da sociedade.

A ditadura que sofremos desde 1964 impôs significativas modificações na realidade brasileira. Intencionalmente ou não a ditadura deixou sequelas. Uma delas, quiçá benéfica, foi a transformação acontecida no pensamento e na prática política democrática no Brasil. O Estado ditatorial - o Estado violentamente instrumento das classes dominantes - destruiu as esperanças e concepções, inclusive de parte substancial dos setores progressistas, que viam o Estado como ponta de lança e momento determinante da 'democratização' da sociedade. O Estado ditatorial destruiu esperanças e obrigou a prática democrática a,

como que, se refugiar na Sociedade Civil. Circunscrita à sociedade civil, num embate muitas vezes violento com o Estado, a "nova" prática política necessitou para se realizar de uma significativa transformação do próprio pensamento político democrático que a deve refletir e impulsionar. No cerne destas transformações desenvolveu-se a concepção de que a sociedade civil é o espaço determinante da democratização da sociedade.¹ Nesta reviravolta, neste aprendizado teórico e prático calam fundo as marcas da ditadura.

Afirmar a sociedade civil como momento determinante não significa conceber sociedade civil e Estado como momentos distintos, contrapostos e isolados na sociedade. Significa pensá-los como momentos distintos, mas interrelacionados do processo dialético de constituição da sociedade, do qual a sociedade civil é o momento determinante. Tal concepção de democratização é, sem dúvidas, um passo importante do pensamento e da prática políticos no Brasil contemporâneo e não pode, nem deve ser "esquecida", apesar das tentações de um Estado mais democrático e principalmente dos "espaços" possíveis de ocupar. Como resposta ao "esquecimento" e às tentações e tentativas de recolocar o Estado no centro da democratização da sociedade, faz-se necessário reafirmar e desenvolver o pensamento e a prática política democráticos que propõem a sociedade civil como determinante para a democratização da sociedade e inclusive do Estado.

A convergência deste pensamento com o de Antonio Gramsci não é casual. Em verdade, este "novo" pensamento político democrático tem nítida inspiração nas inúmeras e variadas leituras realizadas da obra do autor italiano². Cabe portanto prosseguir e buscar desenvolver as formulações de Gramsci. Nele, o avanço do capitalismo (no ocidente) e mesmo sua superação estão umbilicalmente ligados ao fortalecimento da sociedade civil. Por sua vez o aparecimento e crescimento de uma ampla sociedade civil determina que a coesão ganhe importância como elemento de dominação de classe e inclusive como elemento de transformação social. Óbvio que a dominação é sem-

Universitas. Cultura. Salvador(39): 3-12, jan./mar. 1987

pre e necessariamente a combinação de coerção e coesão, mas, a depender da evolução e conjuntura históricas, esta conjugação pode ter graus bastante variáveis de coerção e coesão. Acontece que com o desenvolvimento capitalista, tanto a sociedade civil, quanto a coesão tornam-se elementos cada vez mais importantes para a dominação burguesa e para a superação histórica desta sociedade. Daí que tem-se sociedade civil e coesão - ou luta pela hegemonia intelectual e moral - como questões imbricadas e fundamentais para a transformação democrática e socialista da sociedade atual.

Entretanto, ao assinalar estes elementos que, produtos das contradições imanentes do capitalismo, abrem possibilidades à democracia e superação socialista desta sociedade, Gramsci não indica satisfatoriamente as tendências, gestadas também pelas próprias contradições capitalistas, que se contrapõem aquelas possibilidades e que acentuam as características da desigualdade social e de autoritarismo inerentes à sociedade burguesa. Este é o caso do crescimento tentacular do Estado; da monopolização da economia com todas suas repercussões políticas e culturais, imediatas ou não, etc. Por exemplo, o capitalismo monopolista com suas empresas gigantescas amplia e intensifica a desigualdade econômica e de poder existentes no interior da sociedade, fortalecendo o autoritarismo do capital e, por consequência, cria entraves novos e bastante sérios ao processo de democratização social. Talvez por situar a sociedade civil só na esfera política - Marx e Hegel a situavam na esfera econômica - e não pensá-la simultaneamente nas esferas econômica e política, talvez por isto Gramsci se veja impossibilitado de assinalar e investigar tais tendências autoritárias que se contrapõem às possibilidades de realização da democracia.³

Um dos elementos desta tendência anti-democrática é a indústria cultural, aqui entendida de acordo com as concepções de Theodor Adorno.⁴ Em realidade, a indústria cultural é o produto do desenvolvimento capitalista (monopolista) da produção não material. Ou seja, a produção cultural é (também)

subordinada ao capitalismo, segundo modelos tendencialmente semelhantes aqueles anteriormente realizados na subordinação da produção material ao capital.⁵ Instala-se no seio da sociedade civil uma estrutura monopolista que domina os meios de produção e distribuição cultural, e, por conseguinte, os meios de produção ideológica. Isto é, de produção de hegemonia. Deste modo, na etapa monopolista do capitalismo, *as possibilidades de construção de hegemonia passam a ser extremamente desiguais no seio mesmo da sociedade civil*: enquanto a burguesia e demais frações das classes dominantes detém os gigantescos meios de produção e distribuição cultural e quase o monopólio da fala, do tornar público na sociedade; as classes trabalhadoras e seus aliados são alijados, de forma anti-democrática, da produção (e do produto) do que é tornado público na sociedade e do controle e acesso aos grandes meios de produção e distribuição cultural. *Nestas circunstâncias para que exista democracia real não basta somente ter liberdade para ter voz própria - liberdade de expressão, de imprensa etc. - mas é essencial também ter direito e meios de tornar efetivamente pública sua voz. E tornar pública qualquer voz na sociedade contemporânea supõe ter o controle e/ou acesso aos (grandes) meios de produção cultural, ter direito à comunicação*. Somente assim estará posto - ainda que parcialmente, dado existirem inúmeros outros elementos de desigualdade de poder - um certo equilíbrio para uma luta democrática de conquista de hegemonia, no interior da sociedade civil.

Pelo exposto pode-se concluir que a situação contemporânea, onde a sociedade civil e a hegemonia são elementos indispensáveis seja da dominação de classe, seja da transformação democrática e socialista da sociedade; *nesta situação a luta pela democratização social, dos meios de produção e distribuição cultural é parte indispensável e essencial da luta pela democratização real - econômica, política e cultural - da sociedade brasileira*.

No entanto, a sociedade civil no Brasil, em especial as entidades democráticas ligadas às lutas das classes trabalhadoras, ainda não se colocaram

esta questão de forma plena e aprofundada. Com exceção de reivindicações como as tradicionais "liberdade de imprensa" etc; da luta das entidades pela criação, manutenção e expressão de uma imprensa escrita satisfatória e eficiente, etc; poucas são as organizações democráticas e populares da sociedade civil que têm, de modo mais contundente, se preocupado e lutado efetivamente por questões relativas à democratização da comunicação social no Brasil contemporâneo. São exceções que confirmam a regra: setores próximos ou vinculados à Igreja, a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro-FAMERJ, alguns sindicatos, em especial da região do ABC. Parece que o anti-democrático, altamente controlado e repressor sistema de concessões de rádios e televisões pelo poder executivo federal tem impedido/inibido reivindicações e experiências de utilização destas (e de outras) tecnologias de comunicação social pelos setores progressistas da sociedade civil. Só agora, por exemplo, e ainda muito embrionariamente começam a pipocar as rádios livres no Brasil e mesmo assim recebidas com restrições por alguns agrupamentos e personalidades progressistas.⁶

Não ocorreu no Brasil nada similar a determinadas experiências, acontecidas na Europa e na América Latina, em termos de lutas reivindicativas e/ou de utilização significativa de meios tecnológicos de produção e distribuição culturais por movimentos sociais, inclusive protagonizados pelas classes trabalhadoras. A título e exemplo se pode lembrar e escrever algo sobre dois destes movimentos, ocorridos em épocas diferentes e locais diversos.

"Detrás de seu aparelho de rádio está o inimigo de classe" (Movimento das rádios operárias).

Durante a implantação do rádio, nos anos 20, na Alemanha da República de Weimar, os trabalhadores criaram diversos "rádio-clubes" operários inicialmente com o objetivo de construir ou ensinar a produzir aparelhos de recepção radiofônica. Naquele momento tal produção era ilegal e mesmo reprimida, dado que as emissoras de radiodifusão se mantinham e buscavam seus lucros pela venda de aparelhos. Logo o movimento se amplia e incorpora novas demandas:

através de recepções coletivas, os rádio-ouvintes passam a criticar a programação e procurar influir sobre ela com base em propostas como conselhos eleitos e democráticos de controle da programação. De "rádio-clubes" isolados o movimento das rádios vermelhas, como se torna conhecido, organiza-se nacionalmente em entidade nacional: no começo uma Federação unitária e depois duas Federações, uma que reunia os "rádios-clubes" social-democratas e outra que englobava os comunistas. Já na fase final da República de Weimar o movimento passou a lutar por emisoras operárias próprias, mas com ascensão de Hitler ao poder a repressão foi a resposta das classes dominantes.⁷

"A voz dos sem voz" (Movimento das rádios mineiras).

O outro exemplo é latino-americano: são rádios mineiras bolivianas. As primeiras delas apareceram em 1952 e até 1959 são alheias às questões políticas. Daí em diante vão se colando, cada vez mais, à vida e às lutas dos mineiros. Fechadas/abertas, destruídas/reconstruídas, proibidas/permitidas, elas resistem e hoje estão no ar. Mantidas pelos próprios trabalhadores, através de descontos em seus salários, estas rádios estão vinculadas aos sindicatos ou a Igreja e funcionam como verdadeiros centros culturais e políticos da classe trabalhadora boliviana.⁸

A partir destes exemplos e experiências internacionais pode-se perceber que os movimentos sociais não estiveram ou não estão totalmente alheios à questão dos meios eletrônicos, nem ao direito de comunicação. Eles também confirmam que a democratização da comunicação social, que o controle democrático da comunicação pela sociedade civil é uma luta, uma conquista e não uma doação das classes dominantes. Como aliás também a democracia foi e é sempre produto de intensas lutas da classe trabalhadora. Outro ensinamento importante destas experiências é o relativo à organização, uso e desenvolvimento das tecnologias. Derrotados na Alemanha, os trabalhadores viram a radiofusão ser organizada e desenvolvida tecnologicamente de forma a reproduzir o autoritarismo da burguesia, inclusive através de uma rígida diferenciação tecnológica entre emissor e re-

ceptor, entre produtor ativo e ouvinte passivo, entre o que tem voz e fala e o que não tem voz. A utopia brechtiana do emissor/receptor e do ouvinte/produtor, foi social e tecnologicamente descartada e o autoritarismo social e tecnológico instalou-se na organização da radiodifusão.⁹ Vê-se portanto, que as tecnologias não são neutras, elas contêm potenciais democratizantes e/ou autoritários que são utilizados e se desenvolvem sempre na dependência da forma de ordenamento social da produção cultural e da estrutura geral da sociedade que envolvem estas tecnologias. E como novas tecnologias da comunicação estão hoje novamente presentes é sempre bom lembrar a história não como modelo, antes como lição.

Para concluir duas observações finais. A importância da democratização da comunicação para a democracia no Brasil e a não articulação e envolvimento dos movimentos sociais e da sociedade civil nesta luta impõem que os comunicadores não só lutem pela democratização da comunicação, como também trabalhem ativamente para interessar toda a sociedade, e em especial os setores progressistas, pela discussão e pela luta com vistas à democratização da comunicação como direito básico e essencial à verdadeira democracia.

Em segundo lugar, com relação à constituinte, importa, a partir desta luta, inscrever na Constituição princípios gerais que abram possibilidades à instalação de uma efetiva democratização da comunicação social e de uma democracia plena - econômica, política e cultural - no Brasil.

* Trabalho apresentado na mesa-redonda "Sociedade Civil e Democratização da Comunicação" realizada no Seminário "Constituinte e Política Democrática de Comunicação", Salvador, 1986.

NOTAS

1 Num texto anterior procuramos desenvolver esta questão - ver Rubin, Democracia e...

2 Em boa medida esta variedade de interpretações se deve, de um lado, ao caráter fragmentado da obra de Gramsci e, de outro lado, às rique

zas de suas sugestões.

3 Sobre a concepção diferenciada de sociedade civil em Hegel, Marx e Gramsci, consultar Bobbio.

4 Cf. Adorno.

5 Cf. Rubin, Marx e a Comunicação...

6 Sobre rádios livres no Brasil, ver o Machado et alii. Com relação às restrições, ver as declarações do deputado Alberto Goldman (PCB-SP) contra as rádios livres, na *Folha de São Paulo*, 23 de maio 1986.

7 Cf. Dahl.

8 Cf. Dagron e também Manciña Romero.

9 Cf. Brecht.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel, org. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, Nacional, EDUSP, 1971, p.287-95.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. 77p.

BRECHT, Bertolt. Teoria de la radio (1927-1932) In: BASSETS, Lluís, org. *De las ondas rojas a las radios libres*. Barcelona. Gustavo Gili, 1981. p.48-61.

DAGRON, Alfonso Gumucio. El papel político de las radios mineras. *Comunicación Y Cultura*.

DAHL, Peter. Detrás de tu aparato de rádio está el inimigo de clase (movimiento de rádios obreras em la República de Weimar). In: BASSETS, Lluís, org. *De las ondas rojas a las radios libres*. Barcelona, Gustavo Gili, 1981. p.19-47.

MACHADO, Arlindo et alii. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 180p.

MANCILIA ROMERO, Jorge. entrevista: las radios mineras de Bolivia. *Cuadernos de Periodismo*, Managua, (2): 67-8, 1984.

RUBIN, A.A.C. Democracia e sociedade civil. *Jornal da Bahia*, Salvador, 28 jun. 1985. p.2.

RUBIN, A.A.C. Marx e a Comunicação: a subsunção da produção de bens simbólicos ao capital. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, (2): 43-50, 1983.

Universitas. Cultura. Salvador(39): 3-12, jan./mar. 1987

SUMMARY

This text, first presented in a debate on 'Civil Society and Democratization of Communication', examines the relationships between democracy, communication and the working-class. The democratization of communication is singled out as a significant and even indispensable element in the workers' struggle for full democracy-political, economic and cultural - in society.